

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
2019**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Desembargadora **GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES**

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Desembargadora **ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA**

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Desembargadora **TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI**

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**

DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

Desembargadora **MARIA INÊS CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA**

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Desembargador **CARLOS ALBERTO BOSCO**

OUVIDOR

Desembargador **FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI**

VICE-OUVIDOR

Desembargador **HELICIO DANTAS LOBO JÚNIOR**

**COMISSÃO DE
RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL
E DO MEIO AMBIENTE
DO TRABALHO**

(Redação dada pelo Assento
Regimental n. 1, de 24 de
fevereiro de 2014)

MEMBROS - BIÊNIO 2018/2020

(Resultado da Pauta de Julgamento do Tribunal Pleno–Sessão
Administrativa realizada em 08/11/2018–Edital nº 07/2018)

Desembargador **Edmundo Fraga Lopes**
(Presidente)

Desembargadora **Maria Madalena de Oliveira**

Desembargador **Fabio Grasselli**

Desembargador **Edison dos Santos Pelegrini**

Desembargadora **Luciane Storel**

Desembargador **José Carlos Ábile**

Magistrada de 1º grau - **Ana Cláudia Torres Vianna**

Representante dos Servidores - **Ivan Bagini**

**COMISSÃO GESTORA
DA POLÍTICA DE
RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

(PORTARIA GP Nº
012/2018 de
14 de janeiro de 2019)

O BIÊNIO 2019-2020 é composto pelos seguintes membros:

Iara Cristina Gomes

Presidente da Comissão e Representante da área de Gestão Estratégica

Helen da Silva Paes de Souza

Representante da Área de Gestão Socioambiental

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson

Representante da Secretaria da Administração

Renato de Aranha Frattaruolo

Representante da Área de Aquisições

João Santos Marinho Júnior

Representante da Área de Logística

Lara de Paula Jorge

Representante da Área de Capacitação

Roberto Torres Babini

Representante da Área de Comunicação Social

Thais Martins Lepesteur

Representante da Área de Gestão Documental

SUMÁRIO

1. Apresentação - 06
2. Perfil Institucional - 08
3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - 09
4. Objetivos do Plano de Logística Sustentável PLS - 10
5. Indicadores do PLS - 11
6. Eixo 1. Uso eficiente de Insumos e Materiais - 12
7. Eixo 2 . Energia Elétrica - 22
8. Eixo 3. Água e Esgoto - 24
9. Eixo 4. Gestão de Resíduos - 26
10. Eixo 5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho - 30
11. Eixo 6.Sensibilização e Capacitação Contínua - 36
12. Eixo 7. Contratações Sustentáveis - 38
13. Eixo 8. Deslocamento de Pessoal, Bens e Materiais - 46
14. Considerações Finais - 51

1. Apresentação

O Plano de Logística Sustentável - PLS do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi elaborado de acordo com o disposto na Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Essa Resolução dispõe sobre a criação e competências das Unidades ou Núcleos Socioambientais nos Órgãos e Conselhos do Poder Judiciário e trata de aspectos teóricos e práticos que visam a promoção da sustentabilidade no viés ambiental, econômico e social nos órgãos públicos.

Assim, o PLS do TRT 15 vinculado ao Plano Estratégico Institucional (2015/2020), é uma ferramenta de planejamento que possibilita ao Regional a oportunidade de desenvolver suas atividades de maneira sustentável, além de permitir a todo cidadão a transparência dos seus processos de trabalho e do investimento dos recursos públicos.

Nesse sentido, o presente Relatório de Desempenho do PLS - 2019 contempla os oito eixos temáticos expressos no artigo 16 da Resolução 201/2015 do CNJ: uso racional de insumos e materiais, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente do trabalho, sensibilização e capacitação contínua, contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, bens e material.

O acompanhamento das atividades realizadas ao longo do ano são de responsabilidade do Escritório de Gestão Socioambiental do TRT 15 com a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho, composta por Desembargadores, Juízes e Representante da Entidade de Classe e a Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental, constituída por servidores,

além das unidades administrativas que acompanham e coletam as informações referentes aos gastos e consumo dos indicadores estratégicos previstos na referida Resolução.

Dessa forma, este Relatório de Desempenho do PLS apresenta as ações realizadas pelo Tribunal e os resultados obtidos em cada um dos eixos abordados pelo Plano de Logística Sustentável. O Relatório retrata o atual cenário da gestão socioambiental da Instituição, demonstrando os dados históricos de consumo/despesa realizados ao longo de 2019 em comparação ao ano de 2018, além de apresentar a evolução dos indicadores desde 2016.

2. Perfil Institucional

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região abrange uma população superior a 21 milhões de pessoas sendo uma das maiores entre as 24 Regiões em que está dividida a Justiça Trabalhista do País. Em relação ao seu porte, o Regional da 15ª Região é o segundo maior do país em volume processual, tendo como dados principais:

TOTAL DE PROCESSO JULGADOS NA 1ª INSTÂNCIA:

304.565

TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS NA 2ª INSTÂNCIA:

162.677

TOTAL DE PESSOAL DO QUADRO EFETIVO:

2.851

TOTAL DE CEDIDOS OU REQUISITADOS:

342

TOTAL DE COMISSIONADOS SEM VÍNCULO:

11

TOTAL DE CARGOS DE MAGISTRADOS PROVIDOS:

391

TOTAL DE DESEMBARGADORES:

55

VARAS DO TRABALHO:

153

POSTOS AVANÇADOS:

07

Sua jurisdição abrange 599 Municípios, perfazendo 95% do território do Estado de São Paulo.

3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

A Agenda 2030 é um plano de ação com objetivo de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. É composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030.

Os ODS constituem uma lista de tarefas para todas as pessoas em trabalho conjunto: “Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima”, escreve o Programa das Nações Unidas, que coordena esse compromisso.

A Agenda 2030 e os ODS irão fomentar atividades importantes para a humanidade e estão relacionados a Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Nesse sentido, o TRT 15 alinhado às diretrizes da ONU assume o compromisso com os demais cidadãos de acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, além de proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS representam um desafio a ser alcançado para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável, justo e inclusivo. São eles:



4. Objetivos do Plano de Logística Sustentável - PLS:

- I. Estabelecer ações de responsabilidade socioambiental, vinculados à logística;
- II. Promover a gestão eficiente e eficaz dos recursos ambientais e econômicos;
- III. Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável;
- IV. Monitorar o desempenho deste Órgão com relação à logística sustentável e
- V. Acompanhar a elaboração, execução e eventuais alterações no Plano Anual de Contratações.

5. Indicadores do PLS

As ações do PLS-TRT15 estão distribuídas em oito eixos temáticos, de acordo com o artigo 16, da Resolução CNJ nº 201/2015:

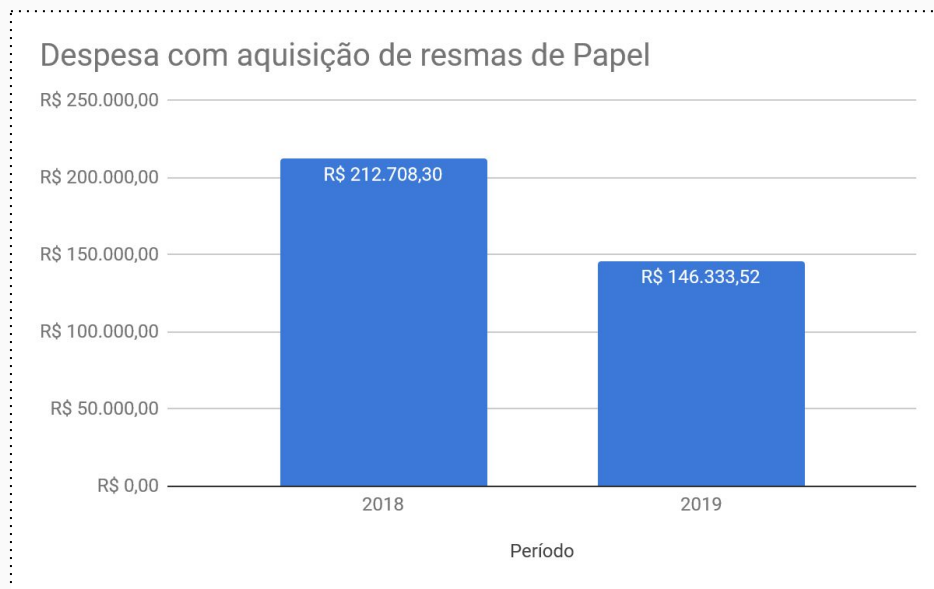
- **Eixo 1:** Uso eficiente de insumos e materiais.
- **Eixo 2:** Energia elétrica.
- **Eixo 3:** Água e esgoto.
- **Eixo 4:** Gestão de resíduos
- **Eixo 5:** Qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- **Eixo 6:** Sensibilização e capacitação contínua.
- **Eixo 7:** Contratações sustentáveis.
- **Eixo 8:** Deslocamento de pessoal, bens e materiais.

6. Eixos 1: Uso eficiente de Insumos e Materiais

6.1 Consumo de Papel

O TRT da 15ª Região, engajado com as práticas de sustentabilidade, utiliza o papel reciclado próprio. Com a finalidade de estimular o consumo racional desse material tem promovido ações informativas e educativas visando à redução do desperdício e a conscientização em favor do meio ambiente.

Nesse sentido, no ano 2019 foram consumidas 10.660 resmas de papel enquanto que no mesmo período de 2018 foram utilizadas 17.287. Esses valores representam uma redução de 38% em relação ao consumo de papel reciclado próprio do Órgão. Ao mencionar valores, a economia foi de aproximadamente 31%, conforme demonstra a seguinte imagem:



CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
2.1	Consumo de papel reciclado próprio	Resmas	28.670	27.694	17.287	10.660	-62%
2.2	Gasto com papel reciclado próprio	Reais	R\$ 461.754,12	R\$ 161.200,00	R\$ 212.708,30	R\$ 146.333,52	-68%

Ações desenvolvidas:

- Curso a distância “Gestão Socioambiental”;
- Incentivo por parte da Escola Judicial na redução do consumo de blocos de papel para anotações, estimulando os participantes a trazerem rascunhos das suas unidades;
- Reaproveitamento de porta-crachás, realizando campanha junto aos alunos da EJUD para devolverem os seus após o término do curso;
- Preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail ou *hangouts*)
- Revisão dos documentos antes da impressão;
- Utilização de impressão frente e verso;
- Preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado e
- Realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel.

Ação: Papel Social

A Coordenadoria de Gestão Documental do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região desenvolveu no ano de 2019 uma ação, como parte do Programa de Gestão Documental da Corte, mediante o qual foram eliminados cerca de 160.000 autos findos, resultando na destinação de mais de 80 toneladas de papel.

Esse material foi doado à Cooperativa de Profissionais da Área de Reciclagem do Brasil (Cooperlândia Ambiental do Brasil), sociedade de pessoas sem fins lucrativos, que possui convênio assinado com a FUNAP “Prof. Dr. Manoel Pimentel” de Fundação de Amparo ao Preso, por meio do qual mantém postos de trabalho para reeducandos em regime semiaberto, os quais recebem um salário-mínimo mensal e reduzem a pena com o trabalho desempenhado.

Além disso, a cooperativa reúne nos postos de trabalho pessoas em estado de vulnerabilidade social, propiciando a elas um meio de vida mais digno através da valorização do trabalho.



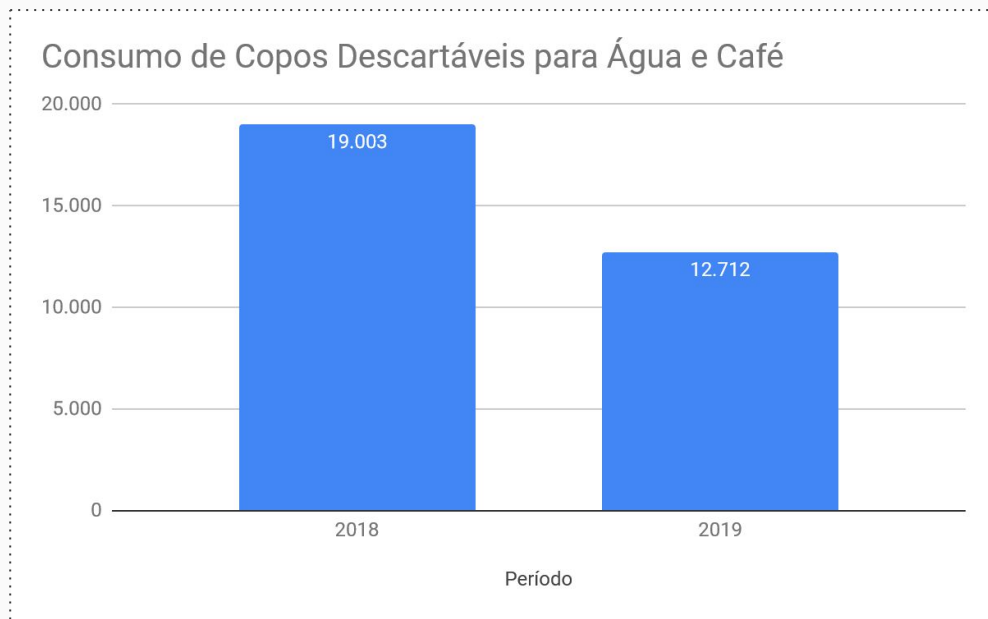
Comprometido com a Agenda 2030 da ONU e detentor do Selo A3P Verde de sustentabilidade na Administração Pública, o TRT15 investe em iniciativas sustentáveis alinhadas a projetos humanitários e que contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.



6.2 Consumo de Copos Descartáveis

O consumo de copos descartáveis em 2019 foi notadamente menor que no ano de 2018 em virtude da ação implementada pelo Tribunal, que substituiu os copos descartáveis em praticamente todas as Unidades (Sede, Administrativo, Anexos, Almoxarifado e todas as 153 Varas do Trabalho), exceto nos locais específicos que oferecem atendimento ao público externo.

No último ano foram consumidas 12.712 unidades de copos, considerando os destinados para água e café. Em 2018 o número foi 19.003 unidades. A diminuição foi de 33%. Observa-se que não houve despesa no último período, visto que os copos foram adquiridos em 2018, somando-se uma despesa de R\$ 39.658,00.



Evolução do indicador Copos Descartáveis

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
3.1	Consumo de copos descartáveis para água	Centos	19.744	19.799	15.512	9.875	-49%
3.2	Consumo de copos descartáveis para café	Centos	4.356	5.408	3.491	2.837	-34%
3.3	Consumo de copos descartáveis total	Centos	24.100	25.207	19.003	12.712	-47%
3.4	Gasto com copos descartáveis para água	Reais	R\$ 79.800,00	R\$ 39.000,00	R\$ 39.658,00	00,00	-100%
3.5	Gasto com copos descartáveis para café	Reais	R\$ 10.614,00	R\$ 7.250,00	R\$ 4.643,00	00,00	-100%
3.6	Gasto de copos descartáveis total	Reais	R\$ 90.414,00	R\$ 46.250,00	R\$ 44.301,00	00,00	-100%

Ação: Canecas Sustentáveis

No ano de 2019 o Tribunal adquiriu em parceria com o Sindiquinze, Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, 4.400 unidades de canecas de louça em substituição aos copos descartáveis. As canecas foram entregues aos magistrados, servidores e terceirizados. A ação envolveu esforços do Escritório de Gestão Socioambiental, da Assessoria de Gestão Estratégica, das Comissões que tratam da sustentabilidade no Órgão, da Coordenadoria de Material e Logística e da Alta Administração. Vale salientar que o TRT da 15ª Região, comprometido com a Agenda 2030 da ONU, estampou alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na referida caneca, conforme imagem ilustrativa a seguir:



Ações desenvolvidas:

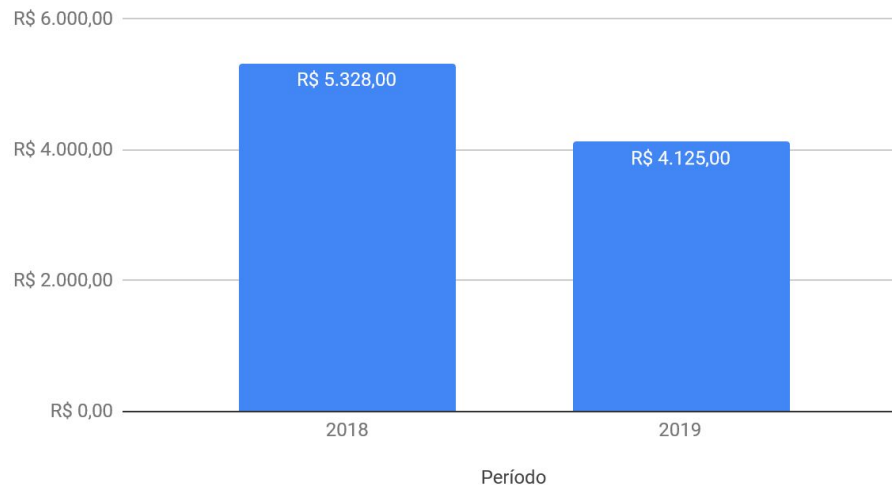
- Curso a distância “Gestão Socioambiental”;
- Campanhas junto ao Público da Escola Judicial - EJUD em cursos presenciais;
- Incentivo para que alunos da EJUD levem suas próprias canecas aos eventos presenciais;
- Reutilização dos copos descartáveis em cursos presenciais oferecidos pela EJUD anotando o nome no próprio recipiente para uso posterior.

6.3 Embalagens Plásticas

Em relação ao consumo de embalagens plásticas, o TRT da 15ª Região adquiriu em 2019 a quantia de 9.0000 unidades descartáveis para água mineral envasada (com ou sem gás). Em 2018 foram 10.410 unidades desse material. Quanto às embalagens retornáveis, o TRT-15 não utiliza desde 2015.

Nota-se que houve uma redução de 22,5% nos valores destinados ao consumo de embalagens plásticas entre 2018 e 2019:

Água envasada em embalagens plásticas descartáveis



Evolução do indicador Água Envasada em Embalagens Plásticas
Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
4.1	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Unidades	1.200	4.320	10.410	9.000	+650%
4.3	Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Reais	R\$ 624,00	R\$ 2.721,60	R\$5.328,00	R\$ 4. 125,00	+561%

Ações Desenvolvidas:

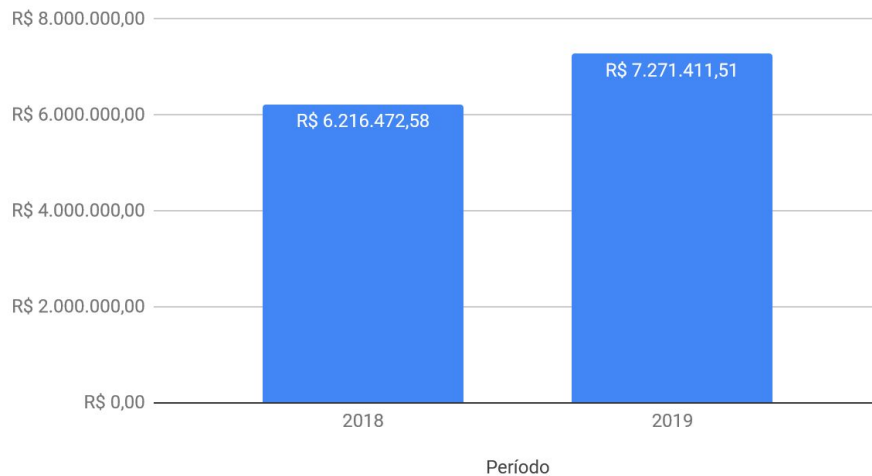
- Estudo para viabilidade de instalação de bebedouros a jato nas unidades de atendimento externo;
- Instalação de bebedouros em algumas unidades de atendimento externo, conforme orçamento disponibilizado;
- Manutenção e Instalação de filtros;
- Disponibilização de jarras e utensílios de vidro para utilização em reuniões.

7. Eixo 02: Energia Elétrica

A redução do consumo da energia elétrica é mais um objetivo do TRT da 15ª Região. Para isso, o Órgão tem adotado algumas ações, entre elas, a manutenção preventiva da situação das instalações elétricas, bem ainda, a revisão do contrato de energia junto a concessionária.

Em 2019 o consumo de energia elétrica foi de 10.725.014 kWh contra 10.052.809 kWh em 2018. Esses resultados representam para a Instituição uma despesa de aproximadamente 16% maior que no ano passado. A ilustração demonstra essa comparação:

Despesa com Energia Elétrica



Evolução do indicador Energia Elétrica

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
7.1	Consumo de energia elétrica	kWh	9.429.548	10.095.533	10.052.809	10.725.014	+ 13%
7.3	Gasto com energia elétrica	Reais	R\$ 5.667.058,71	R\$ 5.884.694,14	R\$ 6.216.472,58	R\$ 7.271.411,51	+ 28%

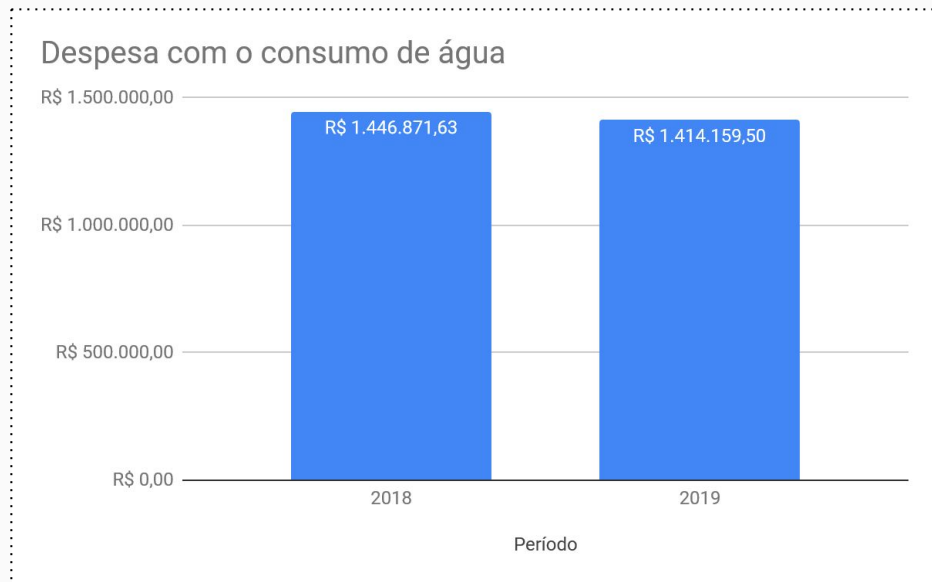
Ações desenvolvidas:

- Implantação de sistema de elevadores inteligentes;
- Preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar-condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos em led;
- Utilização, sempre que possível, de sensores de presença em locais de trânsito de pessoas.

8. Eixo 03: Água e Esgoto

Com o objetivo de reduzir o consumo de água nas unidades da Instituição, o TRT da 15ª Região tem controlado e monitorado o uso desse recurso. A quantidade de água consumida na Corte, considerando o total de unidades administrativas e judiciárias no ano de 2019 foi de 47.927m³. Em 2018 foram consumidos 50.146m³. Esses valores representam 2,2% de economia.

O gráfico demonstra os valores gastos com o consumo de água no Tribunal:



Evolução do indicador Água
Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
8.1	Consumo de água	m ³	42.969	48.174	50.146	47.927	+11%
8.3	Gasto com água	Reais	R\$ 1.108.464,85	R\$ 1.352.909,73	R\$ 1.446.871,63	R\$ 1.414.159,50	+27%

Ações desenvolvidas:

- Levantamento e monitoramento, periódico, da situação das instalações hidráulicas com propostas de alterações necessárias para redução do consumo;
- Adoção de medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores;
- Preferência por medição individualizada de consumo de água.

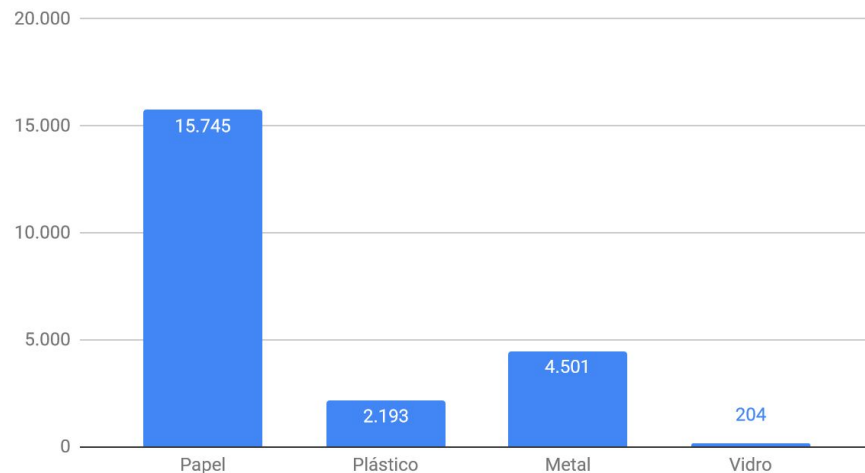
9. Eixo 04: Gestão de Resíduos

As ações deste Eixo apresentam como foco a gestão dos resíduos sólidos, bem como o descarte de materiais recicláveis às cooperativas de catadores ou às entidades similares. Os resíduos relacionados são: papel, plástico, metal, vidro e resíduos de saúde.

Até o ano de 2018, a apuração da quantidade de materiais destinados à reciclagem era feita por amostragem, considerando todas as unidades que contavam com essa atividade. A partir de 2019 a Coordenadoria de Manutenção passou a realizar e acompanhar o descarte dos materiais do Edifício da Sede Judicial do TRT-15. Dessa forma, os dados aferidos nesse relatório, no ano de 2019, retratam a coleta realizada no referido prédio.

A quantidade de cada material destinado em 2019 está expressa no gráfico a seguir:

Gestão de Resíduos / KG



Ação: Gerenciamento de Resíduos

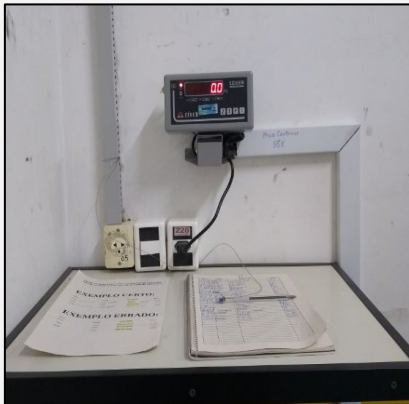
A Coordenadoria de Manutenção acompanha a coleta dos resíduos desse imóvel que se localiza na rua Barão de Jaguará, região central de Campinas.

O gerenciamento de resíduos é feito por meio de descarte em coletores que estão dispostos nos *halls* dos andares, nos refeitórios e copa. Esses resíduos são recolhidos diariamente pela empresa que presta serviços de limpeza e conservação e em seguida seguem para contêineres que se encontram nas garagens do referido prédio. A coordenadoria responsável prepara o material e então a empresa de limpeza urbana realiza o recolhimento.

Coletores dispostos nos corredores e *halls* de circulação:



Balança e Contêineres utilizados no descarte dos Resíduos:



Ações desenvolvidas:

- Destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados (desde material de expediente até óleos lubrificantes, pneus, pilhas, baterias, lixo eletrônico, quando houver);
- Destinação de pilhas, baterias e lâmpadas para descontaminação e destinação correta.

Ação: Resíduos do Serviço de Saúde

A responsabilidade pelo descarte dos resíduos de serviços de saúde é da Secretaria de Saúde do Tribunal. Desde o ano de 2015, o material vem sendo pesado e destinado corretamente. A referida Secretaria realiza a coleta e encaminha o material para descontaminação e tratamento. Em 2019 foram destinados 600 kg de resíduos e, no mesmo período de 2018, foram 812 kg. Essa quantidade diz respeito à Sede Administrativa e à Sede Judicial onde funcionam as salas da Secretaria da Saúde e a maioria de seus atendimentos.

É de se destacar que o TRT-15 deu um excelente passo em relação à coleta e destinação de seus materiais recicláveis, realizando os procedimentos legais quanto aos resíduos do Edifício Sede. Já há estudos na Corte para que tais práticas sejam estendidas para as demais unidades da Instituição.

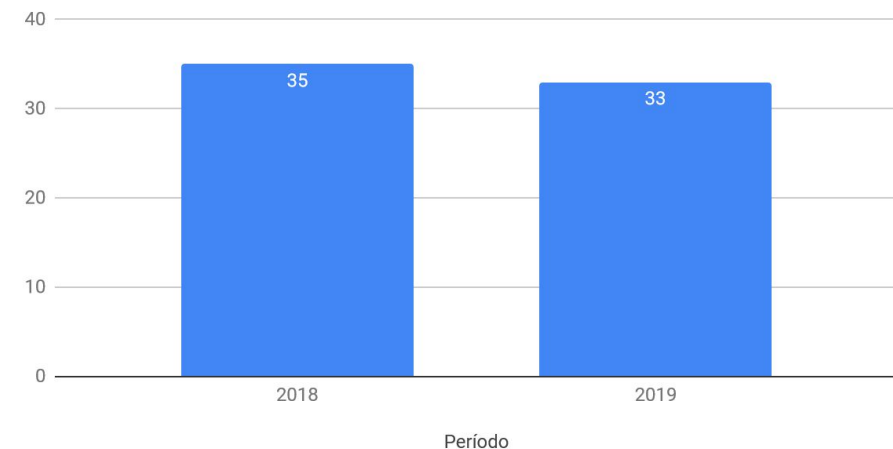
10. Eixo 05: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

No ano de 2019 foram contabilizadas 26 ações de qualidade de vida, dentre elas o Programa “Promoção de Saúde no Trabalho: Qualidade de Vida e Clima Organizacional” e o “Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA Servidores”. As ações solidárias totalizaram 05 atividades e as ações de inclusão, 02.

Em 2018 o número de atividades superou o ano de 2019, sendo 23 ações de qualidade de vida, 11 solidárias e 01 ação de inclusão.

O resultado final pode ser comparado no seguinte gráfico:

Total de Ações de Qualidade de Vida, Ações Solidárias e Ações de Inclusão



Evolução do indicador Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
15.1	Participações em Ações de Qualidade de Vida	Participantes	6.467	6.405	7.740	5.357	-17%
15.2	Quantidade de Ações de Qualidade de Vida	Ações	37	28	23	26	-29%
15.4	Participações em Ações Solidárias	Participantes	8	102	144	14	+75%
15.5	Quantidade de Ações Solidárias	Ações	21	11	11	5	-76%
15.7	Ações de inclusão	Ações	1	1	1	2	+100%

Ações Desenvolvidas:

- Programa “Promoção de Saúde no Trabalho: Qualidade de Vida e Clima Organizacional”;
- Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA Servidores;
- Grupo Psicoeducativo em Saúde Mental;
- Elaboração do Manual do Teletrabalho;
- Realização de atividade denominada “Pausa Ergonômica”;
Ação de sensibilização sobre deficiência visual e a importância dos cães-guia;
- Organização da Mesa Redonda “Acessibilidade e Inclusão: Barreiras e Enfrentamentos”;
- Ação de Sensibilização sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Atualização do cadastro de pessoas com deficiência do quadro do TRT 15;
- Grupo de Gestantes
- I Jornada de Saúde Mental
- Vacinação contra a gripe;
- Grupo de Ginástica Laboral;
- Grupo de Meditação;
- Projeto de Gerenciamento do Stress;
- Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – Semana do Servidor;
- Campanha de Prevenção do Câncer de Mama - Outubro Rosa;
- Campanha de Prevenção do Câncer de Próstata - Novembro Azul;
- Campanha “Previna-se”: de caráter preventivo, com o intuito de identificar eventuais alterações nos níveis de colesterol, triglicérides, glicemia e pressão arterial de magistrados e servidores;
- Espaço Saúde - Espaço virtual, na página intranet, onde estão disponibilizadas orientações e campanhas de saúde preventiva, módulos de ginástica laboral e palestra: Prevenção e Ergonomia, dentre outras informações de caráter geral relacionadas à Saúde.

Ação: Semana da Responsabilidade Social de 8 a 12 de abril de 2019

A "Semana da Responsabilidade Social" foi incluída na agenda nacional da sustentabilidade e é comemorada na segunda semana do mês de abril. Inserido nesse contexto, o TRT da 15ª Região, ciente de suas responsabilidades e de sua abrangência, realizou de 08 a 12 de abril de 2019 a Semana da Responsabilidade Social.

Nesse sentido, a Administração do TRT-15 e as Comissões de Sustentabilidade que atuam na implantação de políticas sociais voltadas ao público interno e externo, com o objetivo de disseminar conhecimentos e comportamentos na promoção do bem-estar de todos, apoiaram as ações promovidas na referida semana.

Os servidores da Instituição foram convidados a abrirem suas gavetas e armários e avaliarem o real uso e necessidade de manutenção dos bens de consumo ali guardados. Os materiais de

consumo inservíveis no exercício das atividades foram entregues a órgãos governamentais ou sociais, oportunizando a sua utilização por outras pessoas.

Os itens selecionados para doação foram os seguintes: almofadas para carimbo, barbantes, bibliocantos, bobinas, capas de cartolina (sem o brasão), capas plásticas, classificadores de documentos, colchetes, grampeadores e respectivos grampos, papéis "color plus", perfuradores, porta-carimbos, umidificadores de dedos, dentre outros.

Após cada unidade ter selecionado o material a ser doado, a quantidade foi listada e devidamente identificada, com encaminhamento de tais informações à Coordenadoria de Material e Logística do TRT-15 que foi incumbida de fazer a conferência e a distribuição às instituições beneficiadas.

Resultado da ação:

Em 27 de junho de 2019, o TRT-15 doou à Creche Escola Irmã Maria Ângela (Ceima), na Vila Georgina, em Campinas, milhares de folhas de papel coloridas que ficaram sem uso no Tribunal com o advento do Processo Judicial Eletrônico, o PJe. Também foram doados materiais de escritório igualmente classificados como inservíveis no Regional.



Todo o conteúdo da doação derivou da Semana de Responsabilidade Social:



Essa instituição atende mais de 180 crianças, dos três aos seis anos de idade, e presta ainda assistência às famílias dessas crianças, com serviços de orientação e distribuição de cestas-básicas, entre outras iniciativas.

Imagens dos materiais arrecadados e doados para a instituição:

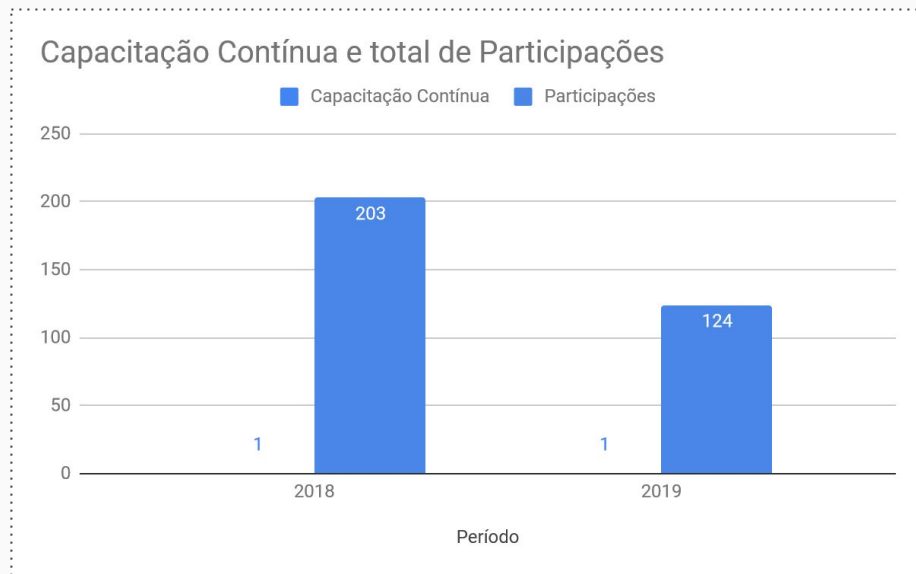


11. Eixo 06: Sensibilização e Capacitação Contínua

No ano de 2019 o TRT-15 ofereceu 01 curso de Capacitação destinado à Magistrados e Servidores com conceitos e práticas relacionadas à Responsabilidade Socioambiental. A adesão foi de 124 participantes. Em 2018 a oferta também foi de 01 curso com 203 participações.

Além do curso à distância, a Escola Judicial desenvolveu diversas campanhas disseminando práticas de sustentabilidade como: redução do consumo de copos descartáveis durante os cursos presenciais, redução do consumo de blocos de papel para anotações e o reaproveitamento de porta-crachás.

O gráfico a seguir expressa os resultados de 2018 e 2019:



Evolução do indicador Sensibilização e Capacitação contínua

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
16.1	Ações de capacitação e sensibilização	Ações	0	1	1	1	Oferta do curso a partir de 2017
16.2	Participação em Ações de sensibilização e capacitação	Participantes	0	180	203	124	Participações a partir de 2017

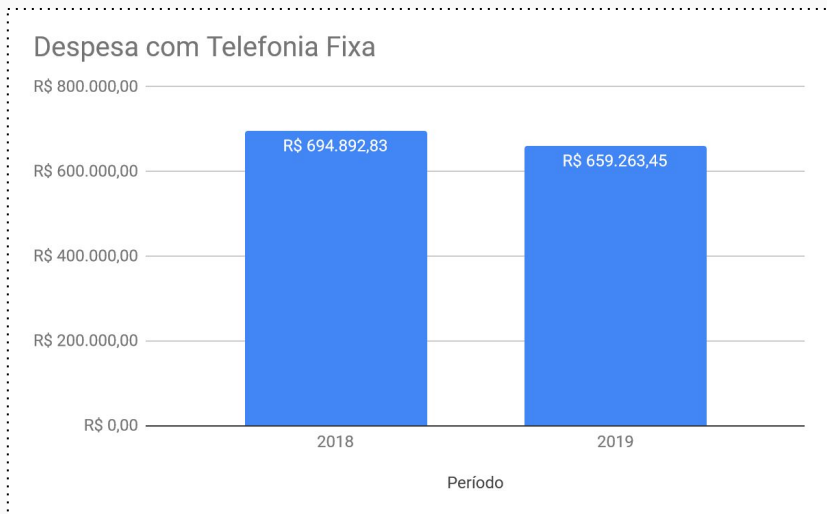
Ações desenvolvidas:

- Publicação de notícias ou assuntos na temática Sustentabilidade;
- Realização de 01 curso anual abordando o assunto em questão;
- Manutenção do calendário Socioambiental com apresentação de *banners* e textos informativos que versam sobre a racionalização de recursos como água, energia, papel, além das questões sociais e ambientais;
- Por ser signatária do Pacto Global da ONU, a Corte tem incluído os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 em suas atividades e na Política de Responsabilidade Socioambiental.
- Disseminação de matérias e notícias de cunho socioambiental, abrangendo assuntos econômicos, ambientais e sociais na página eletrônica do Tribunal, sensibilizando, dessa forma, tanto o público interno quanto o externo.

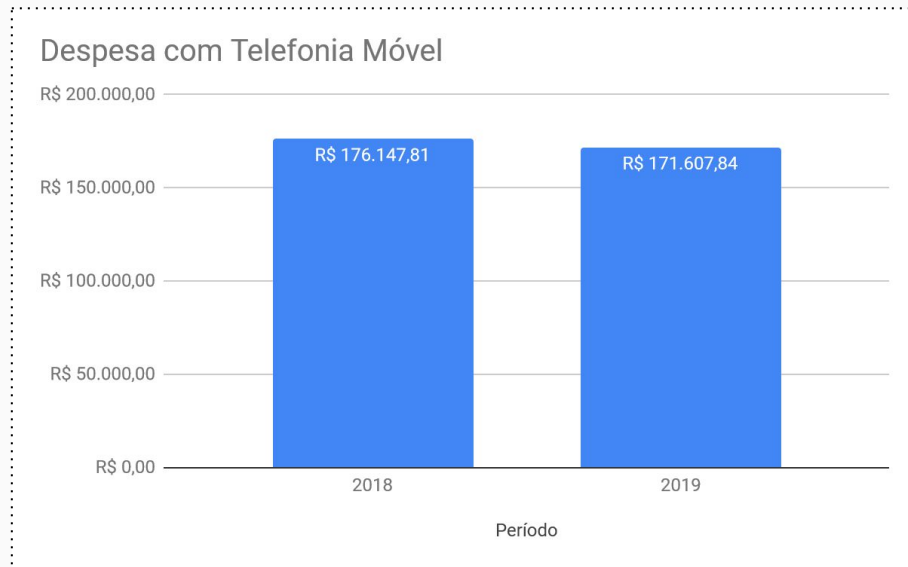
12. Eixo 07: Contratações Sustentáveis

12.1 Telefonia

Em 2019, os gastos com telefonia fixa atingiu R\$659.263,45, valor inferior ao do ano de 2018 que chegou a R\$694.892,83. Os valores representam uma economia de 5% ao Tribunal, conforme gráfico abaixo:



Com telefonia móvel, o custo foi de R\$171.607,84 no ano de 2019 e de R\$176.147,81, em 2018. A economia gerada foi de 2,5%, conforme imagem a seguir:



Evolução do indicador Telefonia

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
6.1	Gasto com telefonia fixa	Reais	R\$ 742.497,85	R\$ 312.758,66	R\$ 694.892,83	R\$ 659.263,45	-11%
6.2	Total de linhas de telefonia fixa	Linhas telefônicas	545	545	468	472	--
6.4	Gasto com telefonia móvel	Reais	R\$ 253.603,29	R\$ 232.309,21	176.147,81	R\$ 171.607,84	-32%
6.5	Total de linhas de telefonia móvel	Linhas Telefônicas	559	555	544	544	--

Ações Desenvolvidas:

- Revisão de procedimentos internos para telefonia fixa e móvel visando redução de gastos;
- Revisão de ramais da telefonia fixa liberados para realizar ligações para celular e de longa distância;
- Incentivo do uso do recurso *hangouts* que é uma plataforma de comunicação, desenvolvida pelo Google.

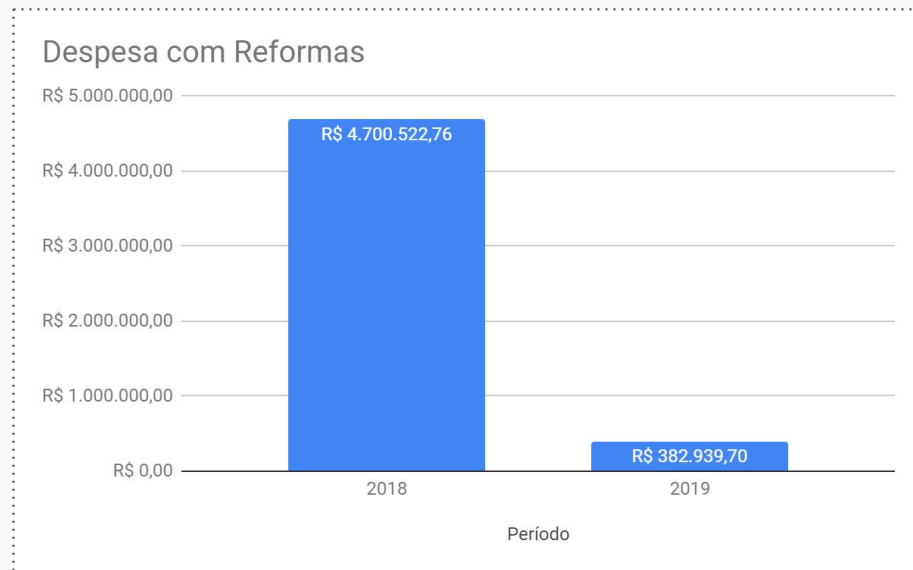
13. Eixo 7: Contratações Sustentáveis

13.1 Reformas

Os valores correspondem às despesas de reforma e de mudança de *layout*.

No ano de 2019 foram gastos R\$382.939,70 e em 2018, o valor destinado para reformas foi de R\$4.700.522,76.

Esses valores estão expressos no seguinte gráfico:



CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
10.1	Gastos com Reforma no Período Base	Reais	R\$ 3.307.153,90	R\$ 7.581.548,29	R\$ 4.700.522,76	R\$ 382.939,70	-88%
10.2	Gastos com Reforma no Período de Referência	Reais	R\$ 681.779,62	R\$ 3.307.153,90	R\$ 7.581.548,29	R\$ 4.700.522,76	+589%

Ações desenvolvidas:

- Realização do planejamento de obras anual com a inserção das diretrizes de edificações sustentáveis;
- Aperfeiçoamento das rotinas de manutenção predial preventiva, objetivando redução de custos na manutenção predial corretiva;
- Identificação e utilização de materiais duráveis, certificados

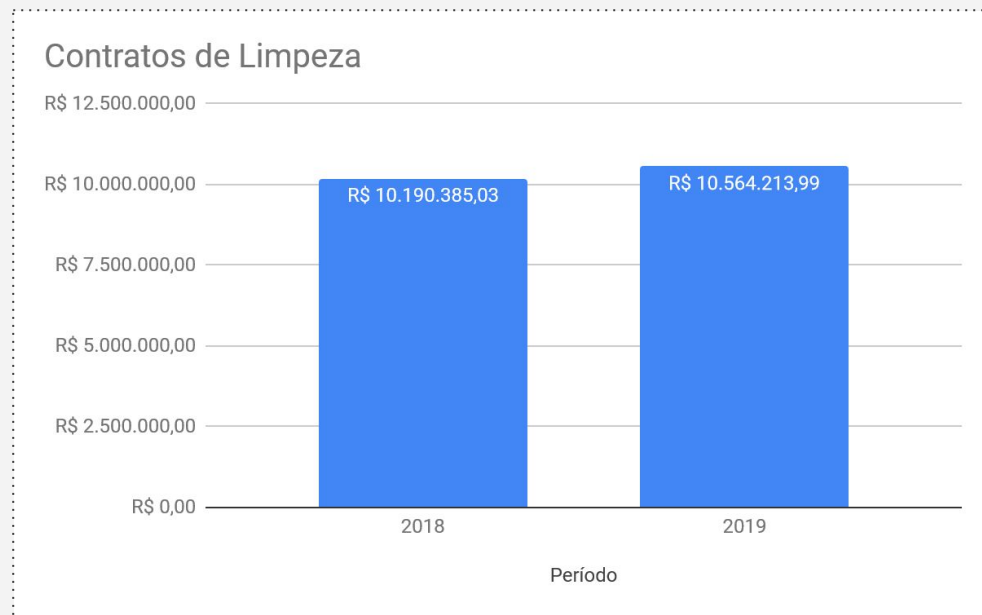
e sustentáveis, preferencialmente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis, nas obras e reformas;

13.2. Limpeza

Em 2019, com contratos de limpeza, foi gasto o valor de R\$10.564.213,99, enquanto que em 2018 o resultado foi de R\$10.190.385,03, representando um aumento dessa despesa em 3,6%. Incluem-se nessa quantia os contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.

Vale salientar que o montante referente ao período de 2019 foi calculado com base numa estimativa para o mês de dezembro e nas diferenças do período-base referentes às repactuações ainda não concluídas.

Os valores estão expressos no gráfico a seguir:



Evolução do indicador Limpeza

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
11.1	Gastos com Contratos de Limpeza no Período-Base	Reais	R\$ 8.936.821,52	R\$ 9.924.555,37	R\$ 10.190.385,03	R\$ 10.564.213,99	+18%
11.2	Área Contratada	m2	174.252	177.840	186.088	183.960	+5,5%
11.4	Gastos com contrato de limpeza no período-referência	Reais	R\$ 8.749.761,50	R\$ 8.936.821,52	R\$ 9.924.555,37	R\$ 10.190.385,03	+14,1%

Ações desenvolvidas:

- Uso preferencial de produtos biodegradáveis de limpeza, em suas versões concentradas;

13.3 Vigilância

O gasto com contrato de vigilância no TRT-15 tem diminuído gradativamente nos últimos anos, tendo em vista a redução dos postos de trabalho, tanto da vigilância armada quanto da desarmada.

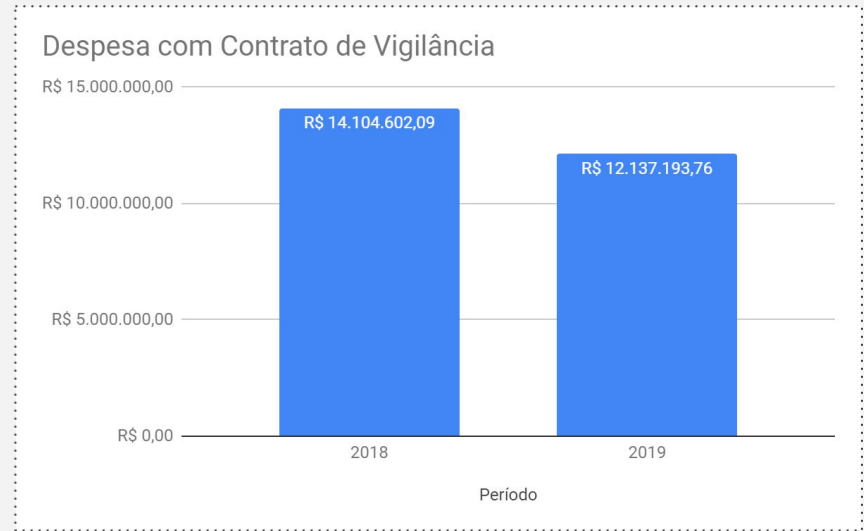
- **Vigilância Armada**

Em 2019 a despesa com esses contratos foi de R\$11.167.559,71. No ano de 2018 chegou a R\$12.702.857,44, representando uma diferença de 12% a menos.

- **Vigilância Desarmada**

Em relação à vigilância desarmada, a despesa foi de R\$969.634,06 no ano de 2019 e de R\$ 1.401.744,65, em 2018. Os valores revelam uma redução de 30,8%.

O total gasto com contratos de vigilância em 2019 pode ser comparado com o ano de 2018 no seguinte gráfico: 13,9%



Evolução do indicador Vigilância

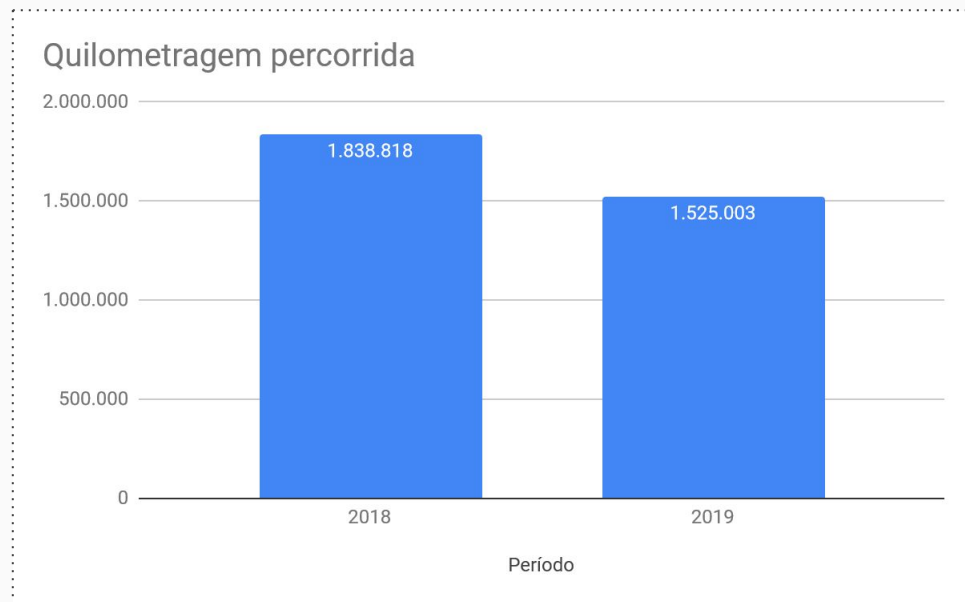
Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
12.1	Gastos com Contratos de Vigilância Armada no Período-Base	Reais	R\$ 13.844.051,27	R\$ 12.046.455,93	R\$ 12.865.337,67	R\$ 11.167.559,71	-19%
12.2	Quantidade de Postos de Vigilância Armada no Período-Base	Postos Armados	97	161	169	136	+40%
12.4	Gastos com Contratos de Vigilância Desarmada no Período-Base	Reais	R\$ 199.646,43	R\$ 1.307.464,56	R\$ 1.342.758,24	R\$ 969.634,06	+86%
12.5	Quantidade de Postos de Vigilância Desarmada no Período-Base	Postos Desarmados	23	18	19	06	-76%
12.7	Gasto Total com Contratos de Vigilância no Período de Referência	Reais	R\$ 14.862.946,99	R\$ 14.043.697,70	R\$ 13.353.920,49	R\$ 14.208.095,01	-4,4%

14. Eixo 08: Deslocamento de Pessoal, Bens e Materiais

14.1 Veículos

Em 2019 foram rodados 1.525.000 Km e em 2018 foram 1.838.818 Km. O gráfico a seguir demonstra o resultado total de consumo em 2019 e 2018:



Evolução do indicador Veículos

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
13.1	Quilometragem	km	2.045.329	1.761.351	1.838.818	1.525.003	-25,4%
13.2	Quantidade de Veículos a Gasolina	Veículos	27	28	20	8	-70%
13.3	Quantidade de Veículos a Etanol	Veículos	20	17	5	0	-100%
13.4	Quantidade de Veículos Flex	Veículos	49	82	100	79	+61%
13.5	Quantidade de Veículos a Diesel	Veículos	18	18	17	17	-5,5%
13.6	Quantidade de Veículos a Gás Natural	Veículos	0	0	0	0	0
13.7	Quantidade de Veículos Híbridos	Veículos	0	0	0	0	0

13.8	Quantidade de Veículos Elétricos	Veículos	0	0	0	0	0
13.12	Quantidade de Veículos para Transporte de magistrados	Usuários / Veículo	71	100	108	71	0
13.14	Gastos com Manutenção de Veículos	Reais	R\$ 424.301,27	R\$ 444.954,12	R\$ 178.177,36	R\$ 342.768,99	-19%
13.16	Gastos com Contratos de Motoristas	Reais	R\$ 4.811.846,24	R\$ 5.230.256,68	R\$ 5.919.192,26	R\$ 5.932.867,82	+23,2%

Ações desenvolvidas

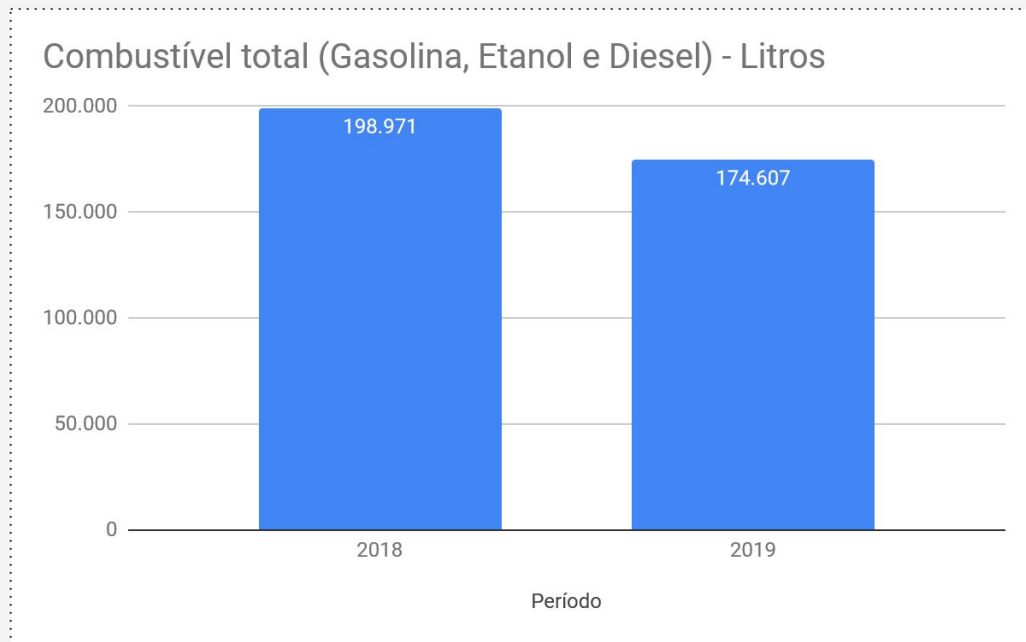
- Estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva nos veículos;
- Preferência à lavagem ecológica de veículos oficiais, e
- Estabelecimento de intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais.

14.2 Combustível

Em 2019, foram consumidos 43.709 litros de gasolina, 117.986 de etanol e 12.912 de diesel. No ano de 2018 foram 77.079 litros de gasolina, 105.253 de etanol e 16.639 de diesel.

Observa-se que houve uma redução de 12,2% em 2019 em relação à utilização dos combustíveis, além de um aumento do uso do etanol, que é um biocombustível renovável e sustentável.

As informações foram compiladas na seguinte imagem:



Evolução do indicador Combustível

Anexo I - Resolução CNJ nº 201/2015

CÓDIGO	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018	2019	DIFERENÇA 2019x2016
14.1	Consumo de gasolina	litros	63.262	78.846	77.079	43.709	-30,9%
14.2	Consumo de etanol	litros	147.868	113.729	105.253	117.986	-20,2%
14.3	Consumo de diesel	litros	16.181	20.540	16.639	12.912	-20,2%
14.4	Consumo de gás natural	m ³	0	0	0	0	0

Ações desenvolvidas:

- Utilização de combustível menos poluente e de fontes renováveis, como o etanol para deslocamentos de até 200 km por trecho. Acima desta quilometragem, o abastecimento poderá ser feito com gasolina;

15. Considerações Finais

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - PLS foi aprovado em 2015 e revisado por meio do Ato GP nº 12/2018. Esse plano seguiu as orientações dispostas na Resolução nº 201/2015 do CNJ.

Nesse sentido, o Relatório de Desempenho do PLS de 2019, alinhado ao PLS do TRT-15 considerou os oito eixos temáticos relacionados no artigo 16 da referida Resolução: I – uso eficiente de insumos e materiais; II – energia elétrica; III – água e esgoto; IV – gestão de resíduos; V – qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI – sensibilização e capacitação; VII – contratações sustentáveis; VIII – deslocamento de pessoal, bens e materiais.

Desse modo, este Relatório apresenta os dados de consumo e das despesas realizadas no ano de 2019 em relação aos indicadores da Resolução nº 201/2015 do CNJ, além de abordar as ações que foram

desenvolvidas ao longo do último ano. O presente documento compara, ainda, os valores atuais com os resultados de 2018 e demonstra a evolução dos números desde o ano de 2016.

Com a finalidade de aprimorar a sustentabilidade do Órgão, o TRT da 15ª Região está implementando no PLS metas com definição de responsáveis, cronograma de execução, monitoramento e avaliação das atividades. Assim, a publicação e a prática do novo PLS do TRT-15, que está em fase de revisão, trará contribuição fundamental para o planejamento de ações em prol da otimização dos resultados da Instituição.

Além das atividades previstas no PLS, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, empenhado em incorporar as práticas de sustentabilidade e disseminá-las, vem desenvolvendo ações ligadas à Agenda 2030 abordando os ODS.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são integrados e indivisíveis. Dessa forma, mesclam de forma equilibrada três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

Nessa perspectiva, o Regional intensificou as campanhas de sensibilização e consumo consciente, a prática de separação de resíduos e as ações de qualidade de vida. Além, disso, vem estudando outras maneiras de abordar a questão de forma a contribuir para o alcance dos seguintes objetivos: acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

É nesse contexto que em 2019 a Corte publicou sua Política de Responsabilidade Socioambiental e está, atualmente, em fase de finalização da segunda revisão do seu PLS, o que trará uma contribuição fundamental para o planejamento das próximas ações e certamente consolidará o TRT-15 como uma instituição efetivamente sustentável.

**Assessoria de Gestão Estratégica
TRT da 15ª Região**